



Cultura

MODELO DE TERMO DE USO E AVISO DE PRIVACIDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

VERSÃO 2.0

SUMÁRIO

I - TERMO DE USO - NOME DO SERVIÇO	3
1. DA CIÊNCIA DO TERMO DE USO:	3
2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO:	3
3. ARCABOUÇO LEGAL:	4
4. DESCRIÇÃO:	5
5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO:.....	6
6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO:	7
7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:.....	8
8. AVISO DE PRIVACIDADE:.....	8
9. INFORMAÇÕES PARA CONTATO:	9
10. MUDANÇAS:	9
11. FORO:	9
II - AVISO DE PRIVACIDADE	10
1. DEFINIÇÕES.....	10
2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO:	13
3. CONTROLADOR	13
4. OPERADOR	13
5. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:	14
6. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:	15
7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:	15
8. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE:	16
9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:	17
10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:.....	18
11. COOKIES:.....	18
12. MUDANÇAS:	18
13. FORO:	18

I - TERMO DE USO - NOME DO SERVIÇO

Histórico de Revisões

Data	Versão
JUNHO/2024	1.0
OUTUBRO/2025	2.0

1. DA CIÊNCIA DO TERMO DE USO:

O presente Termo de Uso firmado entre o usuário e o fornecedor deste serviço, a Secretaria Municipal de Cultura, localizada na Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 2º andar, Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.211-110.

O uso deste serviço está condicionado à ciência dos termos e das políticas associadas. O usuário deverá ler tais termos e políticas, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao utilizar o serviço, o usuário manifesta estar ciente em relação ao conteúdo deste Termo de Uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO:

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

- a. Agente público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta ou indireta.
- b. Agentes de Estado: inclui órgãos e entidades da Administração Pública além dos seus agentes públicos.
- c. Códigos maliciosos: qualquer programa de computador ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.

- d. Sítios e aplicativos: meio que o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.
- e. Terceiro: pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.
- f. Internet: sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.
- g. Usuários: (ou “Usuário”, quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais e jurídicas que utilizarem o serviço (**citar o serviço**).

3. ARCABOUÇO LEGAL:

O arcabouço legal aplicável às políticas públicas deste instrumento compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

- a. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
- b. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.
- c. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- d. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
- e. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- f. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 – Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.

- g. Resolução SEGOVI nº 91, de 1º de agosto de 2022 - Regulamenta o Programa de Governança em Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais - PGPPDP.
- h. Resolução SMTDI nº 14, de 31 de julho de 2023 – Prorroga os prazos estabelecidos no Anexo I da Resolução SEGOVI nº 91, de 1º de agosto de 2022 para elaboração dos instrumentos previstos no Programa de Governança em Privacidade e Proteção.
- i. Decreto Rio nº 53.700, de 08 de dezembro de 2023 – Institui a Política de Segurança da Informação – PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.
- j. Resolução CVL nº 216 de 15 de dezembro de 2023 – Regulamenta as diretrizes da Política de Segurança da Informação – PSI, no âmbito do Poder Executivo Municipal.
- k. Decreto Rio nº 54.984, de 21 de Agosto de 2024 - Estabelece o Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais, institui a Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais, dispõe sobre a aplicação da Lei nº 13.709 – LGPD, no âmbito da Administração Pública do Município do Rio de Janeiro.
- l. **Resolução SMC “P” Nº 81, de 20 de Outubro de 2025** – Designa os Encarregados de Dados titular e suplente no âmbito do Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais.
- m. **Resolução SMC “N” Nº 538, de 20 de Outubro de 2025** – Dispõe sobre a criação do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Programa Municipal de Proteção de Dados Pessoais, e dá outras providências.
- n. **(inserir, caso existam, leis ou atos normativos que regulam o serviço).**

4. DESCRIÇÃO:

Nome do serviço/sistema/app/software: **(inserir nome)**

Nome do órgão: Secretaria Municipal de Cultura – SMC

Descrição e objetivos do serviço/sistema/app/software: **(inserir descrição)**

5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO:

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

- a. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
- b. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
- c. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- d. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- e. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e
- f. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
 - horário de funcionamento das unidades administrativas;
 - serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
 - acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
 - situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado;
 - valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO:

O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o serviço (**citar o serviço**).

Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

O login e senha, no caso de serem necessários, só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

A SMC não poderá ser responsabilizada pelos seguintes fatos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c. Proteção do computador;
- d. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f. Monitoração clandestina do computador dos usuários;

- g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h. Perímetro inseguro.

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Municipal será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

A Administração Pública Municipal se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados nas políticas públicas, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública Municipal implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública Municipal poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública Municipal notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

8. AVISO DE PRIVACIDADE:

O Aviso de Privacidade estabelecido pela SMC e utilizado pelo serviço (**citar o serviço**) trata da utilização de dados pessoais.

Esse Aviso específico faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor.

Para mais informações acesse Aviso de Privacidade em ([inserir link do Aviso de Privacidade](#))

9. INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

Em caso de dúvidas relacionadas ao serviço ([citar o serviço](#)), entre em contato através do nosso canal de atendimento:

- a. <https://cultura.prefeitura.rio/lei-geral-de-protecao-de-dados/canais-de-atendimento/>

10. MUDANÇAS:

A presente versão **2.0** deste instrumento foi atualizada pela última vez em **outubro de 2025**.

O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço ([citar o serviço](#)), seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

11. FORO:

Este instrumento será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

II - AVISO DE PRIVACIDADE

Histórico de Revisões

Data	Versão
JUNHO/2024	1.0
OUTUBRO/2025	2.0

Este Aviso de Privacidade foi elaborado em conformidade com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A aplicação deste Aviso será pautada pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6º da LGPD dentre eles, o da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso, da qualidade dos dados, da transparência, da prevenção, da não discriminação e o da responsabilização e da prestação de contas.

1. DEFINIÇÕES

Para melhor compreensão deste documento, neste Aviso de Privacidade, consideram-se:

- a. Dado Pessoal: informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
- b. Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objetos de tratamento.
- c. Dado Pessoal Sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- d. Agentes de tratamento: o controlador e o operador, indivíduos subordinados ou vinculados, como os funcionários, os servidores públicos ou as equipes de trabalho de um órgão ou de uma entidade, que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento não serão considerados como controladores ou operadores.

- e. Controlador: órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta, do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a quem compete as principais decisões relativas aos elementos essenciais para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como a definição da natureza dos dados pessoais tratados e a duração do tratamento.
- f. Controladoria Conjunta: determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD.
- g. Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- h. Suboperador: contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, podendo ser equiparado ao operador perante LGPD em relação às atividades que foi contratado para executar, no que se refere às responsabilidades.
- i. Encarregado: pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidades e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.
- j. Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- k. Dado Anonimizado: dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- l. Autoridade Nacional: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

- m. Banco de Dados: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
- n. Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.
- o. Incidente de segurança com dados pessoais: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais.
- p. Órgão de Pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituídos sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.
- q. Transferência Internacional de Dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
- r. Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- s. Uso Compartilhado de Dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO:

O tratamento de dados pessoais é realizado com base no art. 7º, incisos I, II, III, V da LGPD e se limitam ao cumprimento das finalidades descritas no item 8 deste Aviso de Privacidade.

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes é realizado com base nas hipóteses legais no art. 7º ou no art. 11 da LGPD, desde que observado e prevalecente o seu melhor interesse, a ser avaliado no caso concreto, nos termos do art. 14 da Lei.

3. CONTROLADOR

Nome do controlador: Secretaria Municipal de Cultura (SMC)

Endereço do Controlador: Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 2º andar, Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.211-110.

Endereço eletrônico do Controlador: <https://cultura.prefeitura.rio/>

Telefone para contato: (21) 2976-1202.

Nome do encarregado de dados do Controlador: Cristiane Correia Marques.

E-mail do encarregado de dados do Controlador: cristiane.marques@prefeitura.rio

4. OPERADOR

Nome do Operador: Empresa Municipal de Informática S.A. - IPLAN

Endereço do Operador: Av. Presidente Vargas, 3131 – 13º andar Cidade Nova – CEP: 20210-030.

Endereço eletrônico do Operador: <https://iplanrio.prefeitura.rio/>

Telefone para contato: (21) 2088-4925.

Nome do encarregado de dados do Controlador: Antonio Sergio de Oliveira Luiz.

E-mail do encarregado de dados do Controlador: encarregados.iplanrio@prefeitura.rio

5. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- a. Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.
- b. Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- c. Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d. Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- e. Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

6. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:

A utilização de determinadas funcionalidades do (inserir o nome do Serviço/sistema/aplicativo/software/políticas públicas) pelo titular de dados pessoais dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais: (Inserir lista dos dados pessoais tratados de acordo com o serviço)

Exemplos de dados pessoais: a) Nome completo; b) Nome social; c) Data de nascimento; d) Sexo; e) Filiação; f) Nacionalidade; g) Naturalidade; h) Número de inscrição no CPF; i) Situação cadastral no CPF; j) Estado civil; k) Endereço; l) Endereço de e-mail; m) Número de telefone; n) RG; o) Dados do dispositivo (modelo de hardware, sistema operacional); p) matrícula; Localização do usuário; q) Registro de acesso.

Tratamento de Dados de Crianças e Adolescentes:

O (inserir o nome do Serviço/sistema/aplicativo/software/políticas públicas) realiza o tratamento de dados de crianças e adolescentes e se compromete a fornecer maior proteção a esses dados. Além disso, o órgão ou entidade municipal se compromete a cumprir todas as disposições legais pertinentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis:

O serviço realizará tratamento de dados pessoais sensíveis (art. 5º, II, e art. 11, II, da LGPD). Caso a base legal para tratamento não seja o consentimento, incidindo em uma das hipóteses constantes do art. 11, II, alíneas "a" ou "b", da LGPD, os órgãos e as entidades públicas devem dar publicidade à referida dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do caput do art. 23 da LGPD.

7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:

Os dados pessoais utilizados no serviço são coletados por meio do sistema oficial de processos da Prefeitura do Rio de Janeiro, em formato físico ou por meio de formulário eletrônico (Google Forms). (inserir a forma de coleta de dados pessoais)

Exemplos:

- a) Nome e e-mail para fins de login: informado pelo usuário.
- b) CPF e matrícula: obtido de terceiro por meio de compartilhamento com outro sistema, para fins de auditoria e checagem de identidade do usuário.

8. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE:

Os dados pessoais utilizados no (inserir o nome do Serviço/sistema/aplicativo/software/políticas públicas) têm Como tratamento, o acesso, a avaliação, a coleta, o armazenamento, o processamento e a utilização, possuindo como finalidades específicas, a identificação do usuário dentro do serviço, a manutenção do usuário logado e a melhoria e personalização a experiência do usuário.

Finalidade: (exemplo)

DADO	TRATAMENTO	FINALIDADE
Nome completo	Acesso/Armazenamento	Identificação do Usuário
Nome Social	Acesso/Armazenamento	Identificação do Usuário
Data de Nascimento	Acesso/Armazenamento	Verificação de autenticidade
Etc...		

Definição de Tipos de Tratamento:

- a. Acesso: ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique.
- b. Armazenamento: ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado.
- c. Arquivamento: ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência.
- d. Avaliação: analisar o dado com o objetivo de produzir informação.
- e. Classificação: maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido.
- f. Coleta: recolhimento de dados com finalidade específica.
- g. Comunicação: transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados.
- h. Controle: ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado.
- i. Difusão: ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados.
- j. Distribuição: ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido.
- k. Eliminação: ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório.
- l. Extração: ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava.
- m. Modificação: ato ou efeito de alteração do dado.
- n. Processamento: ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado.
- o. Produção: criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados.

- p. Recepção: ato de receber os dados ao final da transmissão.
- q. Reprodução: cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo.
- r. Transferência: mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro.
- s. Transmissão: movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.
- t. Utilização: ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:

Os dados pessoais do usuário poderão ser compartilhados com a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e demais órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Município, para fins de controle interno e externo da Administração Pública Municipal.

O uso, acesso e compartilhamento da base de dados formada nos termos do presente Aviso de Privacidade poderão ser feitos dentro dos limites e propósitos das atividades legais e competências do órgão/entidade. As bases poderão ser fornecidas e disponibilizadas para acesso e/ou consulta de:

- a. Outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal: para fins de controle interno e externo da Administração Pública Municipal.
- b. Investigações judiciais: A SMC poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais em caso de determinação judicial.
- c. Tramitação em processos administrativos: Compartilhamento dos dados em processos físicos e digitais: Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inserido no SEI, para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal 9.784/99 e do Decreto Municipal 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II, da LGPD.

- d. Divulgação dos dados pela Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial): Os dados pessoais inseridos em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e, compartilhados com a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A – Imprensa da Cidade, visando à publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, tem como finalidade específica, como determina o artigo 26 da LGPD, a concretização dos princípios da publicidade (artigo 37, caput, da CF/88) e da transparência (arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II e 216, § 2º da CF/88, regulamentados pela Lei 12.527/2011).

10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:

Não haverá transferência internacional de dados pessoais.

11. COOKIES:

Não serão utilizados cookies próprios ou de terceiros.

12. MUDANÇAS:

A presente versão **2.0** deste instrumento foi atualizada pela última vez em **outubro de 2025**.

O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do (**inserir o nome do Serviço/sistema/aplicativo/software/políticaspúblicas**), seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

13. FORO:

Este instrumento será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.